

**MANOEL ANTONIO TEIXEIRA FILHO**

# **EXECUÇÃO NO PROCESSO DO TRABALHO**

**ATUALIZADA, AMPLIADA E REVISADA**

**13ª EDIÇÃO**

**LLR<sup>®</sup>**



LTr Editora Ltda.

© Todos os direitos reservados

Rua Jaguaribe, 571  
CEP 01224-003  
São Paulo, SP — Brasil  
Fone: (11) 2167-1101  
www.ltr.com.br  
Dezembro, 2020

Projeto Gráfico e Editoração Eletrônica: Peter Fritz Strotbek – The Best Page  
Projeto de Capa: Danilo Rebello  
Impressão: Grafnorte

Versão impressa: LTr 6302.4 — ISBN 978-85-301-0212-8  
Versão digital: LTr 9765.9 — ISBN 978-65-5883-018-4

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

---

Teixeira Filho, Manoel Antonio

Execução no processo do trabalho : atualizada, ampliada e revisada/  
Manoel Antonio Teixeira Filho. — 13. ed. — São Paulo : LTr, 2020.

Bibliografia.

1. Execução (Direito do trabalho) — Brasil I. Título.

20-43786

CDU-347.952:331(81)

---

Índice para catálogo sistemático:

1. Brasil : Processo de execução : Direito do  
trabalho 347.952:331(81)

Maria Alice Ferreira – Bibliotecária – CRB-8/7964

---

# Índice Sistemático da Matéria

Preâmbulo à 1.ª Edição .....	21
Preâmbulo à 8.ª Edição .....	25
Preâmbulo à 10.ª Edição .....	27
Preâmbulo à 11.ª Edição .....	29
Preâmbulo à 12.ª Edição .....	31
Preâmbulo à 13.ª Edição .....	33

## Livro I – Generalidades

Capítulo I — Etimologia e Conceito .....	37
1. Etimologia .....	37
2. Conceito .....	39
2.1. É a atividade jurisdicional do Estado .....	39
2.2. De índole essencialmente coercitiva .....	42
2.3. Desenvolvida por órgão competente .....	42
2.4. De ofício ou mediante iniciativa do interessado .....	44
2.5. Com o objetivo de compelir o devedor .....	45
2.6. Ao cumprimento da obrigação .....	46
2.7. Contida em sentença condenatória transitada em julgado .....	47
2.8. Ou em acordo judicial inadimplido .....	48
2.9. Ou em título executivo extrajudicial, previsto em lei .....	48
Capítulo II — Natureza Jurídica .....	49
1. Comentário .....	49
Capítulo III — Escorço Histórico .....	53
1. Comentário .....	53
1.1. Direito Romano .....	54
1.2. Direito Medieval .....	57
1.3. Direito Brasileiro .....	58
1.3.1. Processo Civil .....	58
1.3.2. Processo do Trabalho .....	61

<b>Capítulo IV — Processo de Execução</b> .....	67
1. Comentário.....	67
1.1. Processo de conhecimento.....	67
1.2. Processo de execução.....	69
1.3. Processo cautelar .....	71
2. O CPC de 2015 e as tutelas provisórias.....	75
3. Análise estrutural da execução trabalhista .....	76
3.1. Quantificação.....	76
3.2. Constrição.....	77
3.3. Expropriação.....	78
4. Sistematização das normas legais regentes da execução trabalhista.....	79
4.1. Quantificação .....	79
4.2. Constrição.....	80
4.3. Expropriação.....	81
<b>Capítulo V — Procedimento Executivo</b> .....	83
1. Considerações introdutórias.....	83
2. O procedimento executivo .....	85
3. A conciliação .....	87
<b>Capítulo VI — Ação de Execução</b> .....	91
1. Comentário.....	91
2. O princípio da demanda.....	93
3. A pretensão executiva.....	94
4. As condições da ação.....	96
4.1. Possibilidade jurídica do pedido.....	97
4.2. Legitimidade <i>ad causam</i> .....	98
4.3. Interesse processual .....	100
5. Relação processual executiva .....	101
<b>Capítulo VII — Princípios Informativos da Execução</b> .....	102
1. Da igualdade de tratamento das partes.....	102
2. Da natureza real.....	103
3. Da limitação expropriatória.....	103
4. Da utilidade para o credor.....	104
5. Da não prejudicialidade do devedor.....	104
6. Da especificidade .....	105
7. Da responsabilidade pelas despesas processuais .....	105
8. Do não aviltamento do devedor .....	106

9. Da livre disponibilidade do processo pelo credor .....	109
9.1. Execução de ofício .....	109
9.2. Riscos da execução provisória .....	110
9.3. Imodificabilidade da sentença exequenda .....	111
9.4. Direito de prelação do credor .....	111
9.5. Especificação, pelo credor, da espécie de execução .....	113
9.6. Só há execução sobre bens penhoráveis ou alienáveis.....	113
9.7. Necessidade de intimação do cônjuge .....	113
9.8. Alienação antecipada de bens .....	114
9.9. O juízo da execução é sempre de primeiro grau.....	114
<b>Capítulo VIII — Legitimidade</b> .....	<b>116</b>
1. Legitimação ativa.....	116
1.1. O Ministério Público.....	116
1.2. Espólio, herdeiros ou sucessores .....	117
1.3. Cessionários.....	118
1.4. Sub-rogados .....	119
1.5. O devedor .....	120
1.6. O juiz .....	122
1.7. O advogado .....	124
1.8. O sindicato .....	124
2. Legitimação passiva .....	125
2.1. O devedor .....	125
2.2. Espólio, herdeiros ou sucessores .....	126
2.3. Novo devedor.....	135
2.4. Fiador.....	137
2.5. O responsável titular do bem vinculado por garantia real ao pagamento do débito .....	139
2.6. O responsável tributário, assim definido em lei.....	139
2.7. Massa falida.....	140
<b>Capítulo IX — Competência</b> .....	<b>141</b>
1. Comentário.....	141
1.1. Título judicial .....	141
1.2. Título extrajudicial .....	143
2. Ausência de identidade física .....	144
3. Execução mediante carta. Embargos.....	144
3.1. Embargos do devedor .....	144
3.2. Embargos de terceiro .....	146

<b>Capítulo X — Interesse Processual</b> .....	147
1. Comentário.....	147
2. ● interesse processual na execução.....	149
<b>Capítulo XI — Requisitos Necessários para Realizar a Execução</b> .....	153
1. Inadimplemento do devedor .....	153
2. Título executivo .....	156
2.1. Títulos judiciais .....	156
2.1.1. Sentença transitada em julgado .....	156
2.1.2. Acordo inadimplido .....	161
2.2. Títulos extrajudiciais .....	164
<b>Capítulo XII — Execução Definitiva e Execução Provisória</b> .....	166
1. Execução definitiva .....	166
2. Execução provisória .....	167
3. Execução e recurso extraordinário.....	179
4. Execução provisória das obrigações de fazer.....	180
5. Efetivação das tutelas provisórias.....	181
<b>Capítulo XIII — Cumulação de Execuções</b> .....	182
1. Comentário.....	182
<b>Capítulo XIV — Execução de Obrigações Alternativas</b> .....	185
1. Comentário.....	185
<b>Capítulo XV — Execução Sujeita a Condição ou Termo</b> .....	190
1. Comentário.....	190
<b>Capítulo XVI — Execução e Prestações Sucessivas</b> .....	192
1. Comentário.....	192
<b>Capítulo XVII — Responsabilidade Patrimonial do Devedor</b> .....	197
1. Comentário.....	197
<b>Capítulo XVIII — Fraude à Execução</b> .....	201
1. Comentário.....	201
1.1. Quando sobre os bens pender ação fundada em direito real ou com pretensão reipersecutória, desde que a pendência do processo tenha sido averbada no respectivo registro público, se houver .....	203
1.2. Quando tiver sido averbada, no registro do bem, a pendência do processo de execução, na forma do art. 828 .....	203
1.3. Quando tiver sido averbado, no registro do bem, hipoteca judiciária ou outro ato de constrição judicial originário do processo onde foi arguida a fraude .....	203

1.4. Quando, ao tempo da alienação ou oneração, tramitava contra o devedor ação capaz de reduzi-lo à insolvência .....	204
1.4.1. A Súmula n. 375, do STJ.....	207
1.5. Nos demais casos expressos em lei .....	209
<b>Capítulo XIX — Ato atentatório à Dignidade da Justiça .....</b>	<b>212</b>
1. Comentário.....	212
1.1. Fraude à execução .....	214
1.2. Oposição maliciosa.....	215
1.3. Dificulta ou embaraça a realização da penhora.....	216
1.4. Resistência injustificada.....	216
1.5. Não indicação de bens .....	217
<b>Capítulo XX — Execução Contra a Fazenda Pública.....</b>	<b>220</b>
1. Comentário.....	220
2. O art. 100 da Constituição Federal .....	229
<b>Capítulo XXI — Execução Contra a Massa Falida e Contra as Sociedades em Regime de Liquidação Extrajudicial.....</b>	<b>235</b>
1. Massa falida .....	235
2. Sociedades em regime de liquidação extrajudicial .....	239
<b>Capítulo XXII — Prescrição Intercorrente.....</b>	<b>242</b>
1. Comentário.....	242
<b>Capítulo XXIII — Recurso na Execução .....</b>	<b>247</b>
1. Comentário.....	247
2. Execução e Mandado de Segurança.....	250
<b>Capítulo XXIV — Suspensão e Extinção da Execução .....</b>	<b>253</b>
1. Suspensão .....	253
1.1. Embargos do devedor .....	253
1.2. Casos dos art. 313 e 315, do CPC.....	255
1.3. No todo ou em parte, quando os embargos à execução forem recebidos com efeito suspensivo.....	259
1.4. Inexistência de bens penhoráveis .....	259
1.5. Se a alienação dos bens penhorados não se realizar por falta de licitantes e o exequente, em quinze dias, não requerer a adjudicação nem indicar outros bens penhoráveis.....	265
1.6. Quando concedido parcelamento previsto no art. 916.....	265
2. Extinção.....	265
3. O devedor obtiver, por qualquer outro meio, a extinção total da dívida .....	266
4. O exequente renunciar ao crédito .....	266
5. Ocorrer a prescrição intercorrente .....	267

<b>Capítulo XXV — Nulidade da Execução</b> .....	268
1. Comentário.....	268
2. Título.....	268
3. Citação.....	269
3.1. Citação irregular.....	269
3.2. Citação nula.....	269
3.3. Citação inexistente.....	270
4. Resumo.....	271
5. Promovida antes de verificada a condição ou ocorrido o termo .....	273
<b>Capítulo XXVI — Desistência da Execução</b> .....	274
1. Comentário.....	274
<b>Capítulo XXVII — Liquidação da Sentença</b> .....	277
1. Nótula introdutória.....	277
2. Conceito.....	278
3. Natureza jurídica da liquidação .....	280
4. Finalidade.....	281
5. Excesso de liquidação .....	283
6. Liquidação mista .....	286
7. Execução parcial.....	287
8. Liquidações autônomas.....	288
9. Liquidação das obrigações alternativas .....	289
10. Assistência na liquidação .....	289
11. “Sentença” de liquidação. Natureza jurídica.....	292
12. Irrecorribilidade da “sentença” de liquidação.....	293
13. Modalidades de liquidação.....	294
13.1. Cálculos.....	295
13.1.1. Processamento .....	297
a) Cálculos pelo contador (CLT, art. 879, § 2.º).....	298
b) Cálculo da parte (CLT, art. 879, §§ 1.º-B e 3.º).....	299
c) Cálculo pelo perito (CLT, art. 879, § 6.º).....	300
13.2. Arbitramento .....	300
13.2.1. Processamento .....	301
13.3. Artigos .....	302
13.3.1. Processamento .....	306

## **Livro II – Das Espécies de Execução**

<b>Capítulo I — Execução Para a Entrega de Coisa Certa</b> .....	317
1. Generalidades.....	317
2. Procedimento .....	319



<b>Capítulo II — Execução para a Entrega de Coisa Incerta</b> .....	322
1. Generalidades .....	322
2. Procedimento .....	322
<b>Capítulo III — Execução das Obrigações de Fazer</b> .....	326
1. Generalidades .....	326
2. Procedimento .....	326
3. Execução das obrigações de fazer típicas das relações trabalhistas .....	329
3.1. Entrega de guias para a movimentação do FGTS .....	329
3.2. Reintegração de empregado estável .....	330
3.3. Anotações na Carteira de Trabalho .....	332
<b>Capítulo IV — Execução das Obrigações de Não Fazer</b> .....	334
1. Generalidades .....	334
2. Procedimento .....	334
3. À guisa de sugestão .....	336
<b>Capítulo V — Execução da Obrigação de Emitir Declaração de Vontade</b> .....	340
1. Generalidades .....	340
2. Procedimento .....	342
<b>Capítulo VI — Execução por Quantia Certa</b> .....	344
1. Generalidades .....	344
2. Mandado executivo .....	347
3. Citação .....	348
4. A questão da multa prevista no art. 523, § 1.º, do CPC .....	350
4.1. O cumprimento da sentença, no CPC .....	350
4.1.1. Omissão da CLT .....	352
4.1.2. Duração razoável do processo .....	357
4.2. A multa .....	357
4.3. A medida judicial apropriada para afastar a aplicação do art. 523, do CPC, no processo do trabalho .....	359
4.4. Conclusões .....	363
5. Penhora e avaliação .....	364
5.1. Nótula introdutória .....	364
5.2. Natureza jurídica .....	370
5.3. Bens penhoráveis .....	372
5.4. Penhora de bem dado em garantia real .....	373
5.5. Bens impenhoráveis .....	375
5.6. Impenhorabilidade absoluta .....	376
5.7. Nota particular sobre o bem de família .....	383
5.8. Impenhorabilidade relativa .....	385
5.9. Penhora de bens alienados fiduciariamente .....	387

5.10. Nomeação de bens .....	388
5.11. Nulidade da penhora .....	389
5.12. Substituição da penhora .....	389
5.13. A penhora por meio eletrônico .....	391
5.14. Nomeação de bens na execução provisória .....	406
5.15. Bens situados fora da comarca .....	406
5.15.1. Execução mediante carta .....	406
5.15.2. Execução no foro de situação dos bens ou do domicílio do devedor .....	409
5.16. A atuação do oficial de justiça .....	409
5.17. Auto de penhora e depósito e termo de nomeação .....	410
5.18. Expropriação antecipada .....	412
5.19. Penhora de direitos .....	413
5.20. Penhora de crédito e de outros direitos patrimoniais .....	414
5.21. Penhora no rosto dos autos .....	415
5.22. Penhora de empresas e outros estabelecimentos .....	416
5.23. Penhora de navio ou aeronave .....	418
5.24. Averbação da penhora .....	418
5.25. Alteração da penhora .....	419
5.26. Depósito dos bens penhorados .....	422
5.27. Depositário .....	423
5.27.1. Nomeação do depositário .....	424
5.27.2. Atribuições do depositário .....	425
5.27.3. Direitos, deveres e responsabilidades do depositário .....	426
5.27.4. A extinta ação de depósito .....	428
5.27.5. Ação de exigir contas .....	429
5.27.6. Responsabilidade civil do depositário .....	431
5.28. Considerações sobre o bloqueio <i>on-line</i> .....	432
5.28.1. Pressupostos .....	434
a) Pressupostos para a emissão da ordem judicial .....	434
b) pressupostos para a concretização do bloqueio .....	435
b.1) a proporcionalidade do bloqueio .....	435
b.2) A utilidade do bloqueio .....	436
b.3) a convação para penhora. ....	437
5.29. Legalidade .....	437
5.30. Inconstitucionalidade .....	438
5.31. Arrematação .....	442
5.31.1. Introdução .....	442
5.31.2. Conceito e natureza jurídica .....	445

5.31.3. Avaliação .....	447
5.31.4. Edital de praça e leilão .....	451
5.31.5. O procedimento na arrematação .....	456
5.31.6. Lanço vil.....	457
5.31.7. Auto de arrematação .....	459
5.31.8. Desfazimento da arrematação .....	461
5.31.9. Desistência da arrematação .....	463
5.31.10. Carta de arrematação .....	463
5.31.11. Consequências jurídicas da arrematação .....	464
5.31.12. Evicção do arrematante .....	465
5.31.13. Pagamento ao credor .....	466
5.32. Adjudicação .....	470
5.32.1. Conceito .....	470
5.32.2. Natureza jurídica .....	471
5.32.3. Objeto da adjudicação .....	472
5.32.4. Requerimento de adjudicação.....	473
5.32.5. Legitimidade para requerer a adjudicação .....	474
5.32.6. O preço .....	475
5.32.7. Auto e carta de adjudicação .....	475
5.32.8. Adjudicação e preço vil.....	477
5.32.9. Tradição dos bens adjudicados .....	478
5.32.10. Penhora de frutos e rendimentos de coisa móvel ou imóvel .....	479
5.33. Remição .....	481
5.33.1. Conceito .....	481
5.33.2. Remição da execução e remição da penhora .....	482
5.33.3. Procedimento na remição da execução.....	482
5.33.4. Remição e adjudicação.....	483
<b>Capítulo VII — Protesto da Sentença.....</b>	<b>485</b>
1. Justificativa do Projeto de Lei n. 6.787/2016 .....	485
2. A Lei n. 9.492/1997 .....	485
3. A matéria no CPC.....	487
<b>Capítulo VIII — Embargos do Devedor .....</b>	<b>491</b>
1. Introdução .....	491
2. Generalidades.....	491
2.1. Execução de título judicial .....	491
2.2. Execução de título extrajudicial .....	493

3. Conceito .....	494
4. Embargos à penhora .....	495
5. Natureza jurídica .....	497
6. Classificação .....	497
7. Legitimidade .....	498
8. Competência .....	499
9. Prazo .....	503
9.1. Pagamento da dívida no prazo para embargos .....	504
10. Garantia do juízo .....	508
11. Efeito .....	511
12. Rejeição liminar .....	512
13. Matéria alegável .....	514
13.1. Execução de título judicial .....	514
14. Procedimento .....	526
15. Das exceções, pelo embargante .....	529
16. Revelia .....	529
17. Reconvenção .....	530
18. Sentença .....	531
19. Recurso .....	532
20. Exceção de pré-executividade .....	533
<b>Capítulo IX — Invalidação, Ineficácia e Resolução da Arrematação .....</b>	<b>540</b>
1. Comentário .....	540
<b>Capítulo X — Embargos de Terceiro .....</b>	<b>543</b>
1. Conceito .....	543
2. Natureza jurídica e eficácia .....	544
3. Pressupostos .....	546
4. Embargos de terceiro e embargos do devedor .....	546
5. Legitimidade .....	547
6. Competência .....	549
7. Prazo .....	550
8. Distribuição .....	552
9. Procedimento .....	553
10. Recurso interponível .....	557
<b>Livro III — Execução de Contribuições Sociais</b>	
<b>Capítulo I — As Emendas Constitucionais ns. 20/98 e 45/2004 .....</b>	<b>561</b>
1. Comentário .....	561
1.1. A União e a relação processual .....	563

1.2. Título executivo .....	563
1.2.1. Título .....	563
1.2.2. Natureza jurídica .....	564
1.3. Prescrição .....	565
1.4. Procedimento .....	566
<b>Capítulo II — As Leis ns. 10.035/2000, 11.457/2007 e 13.467/2017 .....</b>	<b>567</b>
1. Comentário .....	567
<b>Bibliografia .....</b>	<b>581</b>